

Apresentação do Dossiê

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Concluiu o doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo e realizou o estágio de pós-doutorado na UFRJ. É professora titular de História Moderna da UERJ. Cientista do Nosso Estado/Faperj. Coordenadora do Pronex Dimensões e Fronteiras do Estado no Brasil do século XIX.

Desde a partida da corte portuguesa de Lisboa para o Brasil, em 1807, até a proclamação da República em 1889, múltiplos acontecimentos sucederam-se numa trama que fez do Brasil nação independente e um Império consolidado no interior da Iberoamérica. Apesar disto, o século XIX, no Brasil, representou um longo período de tensões e acomodações no interior das elites, que garantiu a consolidação de uma estrutura interna e a projeção externa do país, sob a forma de um projeto, que buscava na civilização europeia o caminho para constituir a nova nação nos trópicos. Nação, porém, que fazia conviver, paradoxalmente, a escravidão e a exclusão social com o pensamento político liberal, filho da tradição ilustrada; a mentalidade herdada do período colonial, com a inserção no mundo capitalista do progresso. Tais contradições constituem um caminho para se abordar a constituição do Estado no Império no Brasil. Um Estado que deve ser pensado de modo a abranger distintas esferas não apenas políticas, burocráticas e econômicas, mas também sociais, culturais e institucionais que possibilitam compor um conjunto de relações dinâmicas que demonstram o constante processo de sua construção no Império do Brasil.

Em torno de tais objetivos, alguns trabalhos foram reunidos na edição de número 16 da *Navigator* para formar o dossiê “O Atlântico, o comércio, as guerras e as instituições militares na formação do Estado do Império do Brasil”. Caminhando entre a história econômica, militar, política e institucional, tais artigos procuram demonstrar uma faceta da construção desse Estado, tendo o Atlântico como eixo de ligação. O dossiê é aberto com o artigo do Embaixador Vasco Mariz a respeito de uma figura instigante e “turbulenta” – Lord Cochrane, o Marquês do Maranhão. Buscando analisar a trajetória dessa personagem não só nos mares do Brasil, mas também da América hispânica e da Europa, o autor oferece ao leitor o papel que Cochrane desempenhou para a consolidação do processo de independência do Brasil, organizando a marinha de guerra brasileira. Do indivíduo passa-se ao processo. Assim, Camila Borges da Silva descreve e examina o processo de intensificação de mercadorias

estrangeiras, em especial, as inglesas, no porto do Rio de Janeiro, após a chegada da Corte no Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, em 1808. Procura ainda analisar o fluxo de mercadorias que se estabeleceu entre a nova capital do Império Português e as demais partes integrantes desse conjunto, estruturando uma rede internacional de comércio que tinha no Atlântico seu ponto vital de ligação, e que se manteve ao longo do oitocentos. Ainda ressaltando a importância do Atlântico na constituição do Império do Brasil, Luana de Amorim Donin retoma a relação entre a construção do Império Português e os caminhos do mar, ao indicar os desafios para a manutenção de um monopólio marítimo português nos tempos modernos e ao buscar compreender como a herança dessa tradição portuguesa foi legada ao Império do Brasil. Nesse caso, analisa a forma como o governo imperial procurou inserir o país independente nas novas dinâmicas marítimas do século XIX.

Os dois últimos números do dossiê voltam-se para a guerra e as instituições militares. Marcelo Rodrigues de Oliveira analisa uma nova faceta da Guerra da Cisplatina entre 1825-1828 – o curso como uma arma de guerra contra o Império do Brasil. As Províncias Unidas do Rio do Prata cruzaram o Atlântico a fim de apresar navios negreiros destinados ao Brasil. A guerra se estendia aos mares e a mais lucrativa atividade econômica do Império – o comércio de escravos. Era preciso uma nova postura do governo imperial em relação à defesa, além da participação de suas forças militares na questão da Cisplatina. Por fim, Carlos André Lopes da Silva volta-se para a formação dos oficiais das forças armadas no Império do Brasil, situando um caso específico – o da reunião em uma mesma instituição de ensino dos aspirantes ao Exército e à Marinha, em 1832, época do período regencial. Analisando com originalidade aquele momento histórico, o autor demonstra que tal decreto dos “liberais” da Regência, mais do que uma tentativa de diminuição do papel das forças armadas, representou uma experiência mal sucedida no aprimoramento das instituições militares do Império do Brasil.

Por conseguinte, o dossiê “O Atlântico, o comércio, as guerras e as instituições militares na formação do Estado do Império do Brasil” oferece à historiografia e ao leitor em geral contribuições instigantes que permitem uma melhor compreensão das múltiplas esferas do Estado no Brasil do oitocentos.